

LITERATURA COMPARADA E ESTUDOS DA (IN)TOLERÂNCIA

COMPARATIVE LITERATURE AND STUDIES OF (IN)TOLERANCE

Dionei Mathias¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o conceito de (in)tolerância e verificar sua proficuidade para os estudos da literatura comparada. Num primeiro passo, as considerações teóricas buscam um diálogo interdisciplinar, recuperando reflexões-chave que permitam delinear caminhos para a compreensão do conceito. Para isso, a discussão aborda o papel de agrupamentos e suas categorizações sociais no modo como a diferença é alvo de avaliação e formação de atitudes. Num segundo passo, as considerações teóricas tecem um elo entre essas reflexões interdisciplinares e os estudos literários, discutindo o modo como o conceito de (in)tolerância pode impactar na dinâmica de textos ficcionais. Na segunda parte, o artigo tenta ilustrar os potenciais analíticos do conceito, tendo como objeto de estudo dois romances suíços: *Tauben fliegen auf* (2010) de Melinda Nadj Abonji e *Jacob beschließt zu lieben* (2011) de Catalin Dorian Florescu. Os dois textos revelam as oscilações e gradações da (in)tolerância, exemplificando seus impactos para a administração de sentidos na esfera diegética.

Palavras-chave: (In)tolerância. Literatura comparada. Melinda Nadj Abonji. Catalin Dorian Florescu.

Abstract: This article aims to discuss the concept of (in)tolerance and its usefulness for literary studies. In a first step, the theoretical considerations seek an interdisciplinary dialogue, recovering key reflections that allow outlining paths for understanding the concept. For this, the discussion tackles the role of groups and their social categorizations in the way in which difference is the target of evaluation and formation of attitudes. In a second step, the theoretical considerations create a link between these interdisciplinary reflections and literary studies, discussing how the concept of (in)tolerance can impact the dynamics of fictional texts. In the second part, the article tries to illustrate the analytical potentials of the concept, having as object of study two Swiss novels: *Tauben fliegen auf* (2010) by Melinda Nadj Abonji and *Jacob beschließt zu lieben* (2011) by Catalin Dorian Florescu. Both texts reveal oscillations and gradations of (in)tolerance, exemplifying its impacts on meaning making in the diegetic sphere.

Keywords: (In)tolerance. Comparative Literature. Melinda Nadj Abonji. Catalin Dorian Florescu.

Introdução

Historicamente, a literatura comparada tem um interesse em estudar como textos literários de um mesmo contexto nacional ou de diferentes origens culturais abordam estratégias estéticas ou fenômenos da realidade diegética. Esses estudos têm um potencial expressivo de oxigenação do conhecimento, já que por meio da comparação permitem a adoção de outras perspectivas e, com isso, o desencadeamento de possíveis revisões dos crivos de apropriação da realidade. Não é por acaso que a literatura comparada tem tanta proximidade com a tradução, pois não são somente línguas que se transformam em objeto de transposição para a outra margem, são, sobretudo, conhecimentos produzidos em outros contextos da vida que nos ensinam algo sobre o ser no mundo.

Nesse horizonte, comparação não é hierarquização. No entendimento adotado neste artigo, o estudo comparado contém, muito mais, um movimento de curiosidade e de anseio de aprender, perguntando sobre como diferentes textos literários coetâneos ou oriundos do

¹ Doutor em Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM. Projeto de pesquisa: Literatura e identidade. Universidade Federal de Santa Maria - RS.

legado cultural, produzidos no espaço de nossa primeira socialização ou vindos de outra tradição cultural, problematizam determinados fenômenos da concretização existencial, desencadeando processos de reflexão e pavimentando caminhos para outras formas de convívio em nossos respectivos espaços da vida. Nessa estratégia de leitura, não nos aproximamos do texto literário com respostas prontas para os desafios que a existência interpõe. Ao invés disso, aproximamo-nos dele com o anseio de que nosso crivo de apropriação de realidade seja desestabilizado, a fim de aceder a novas visões de mundo e escapar dos sistemas fechados de ideação da realidade. A disponibilidade de abertura para a diferença é o princípio do diálogo.

Fundamentado nessa concepção de literatura comparada, este artigo se propõe a discutir a questão da (in)tolerância e seu potencial para os estudos literários. Caracterizado por diversidades crescentes e por embates acirrados entre as narrativas que oferecem roteiros para a concretização existencial, o mundo contemporâneo se depara com formas diversas da intolerância. A produção literária não se abstém dessa discussão, pelo contrário, ela reverbera esses conflitos, ao encenar o convívio social e as interações humanas na realidade diegética. Vista dessa perspectiva, a literatura e os estudos literários podem contribuir para processos de reflexão sobre formas da (in)tolerância, suscitando questionamentos e se inscrevendo numa prática discursiva que se propõe compreender esse fenômeno do convívio social.

Nesse sentido, este artigo propõe primeiramente uma discussão teórica sobre a (in)tolerância, empreendendo um diálogo interdisciplinar e tecendo reflexões sobre como esses conhecimentos podem ser profícuos para os interesses dos estudos literários. Num segundo momento, ilustra seus potenciais, comparando dois romances suíços, escritos em língua alemã, por autores oriundos do contexto de fluxos migratórios: *Tauben fliegen auf* (2010) de Melinda Nadj Abonji e *Jacob beschließt zu lieben* (2011) de Catalin Dorian Florescu. Abonji nasceu na Iugoslávia, hoje Sérvia; Florescu tem sua origem na Romênia. Ambos emigraram para a Suíça, onde atuam como intelectuais, com um interesse especial na crítica social. Nos dois romances, a intolerância perpassa a realidade diegética, colocando no centro do enredo a perspectiva e as experiências de minorias.

Reflexões teóricas

As reflexões teóricas que seguem se nutrem das contribuições de diferentes disciplinas, a fim de estabelecer uma discussão conceitual que possa fundamentar a análise literária, nos estudos comparados. A argumentação prevê três momentos: o papel de

agrupamentos na questão da (in)tolerância, a definição de (in)tolerância e, por fim, movimentos de sensibilização. Para a literatura comparada, revela-se interessante identificar como textos literários encenam e problematizam esses três momentos, tecendo malhas de sentido cuja atenção se volta para dinâmicas do convívio social, na realidade diegética. A ficção se insere no horizonte dessa discussão e faz ofertas de sentido, com as quais o público leitor pode dialogar.

Um elemento desse convívio social remete à dinâmica de grupos. No processo de socialização, indivíduos aprendem a viver em sociedade, conforme as regras estabelecidas nos diferentes agrupamentos, nos quais procuram afiliação. Essas regras determinam, num primeiro passo, as condições de pertencimento e, no mesmo movimento, um conjunto de características que marca a diferença frente a outros agrupamentos. Com os eixos da semelhança e da diferença definidos, seguem-se as lógicas de hierarquização, reconhecimento e respeito por agrupamentos que diferem daquele ao qual o indivíduo pertence. Da afiliação a agrupamentos emergem atitudes frente à alteridade.

Uma primeira e importante atitude se dá na esteira da administração de preconceitos. Na economia da cognição, parece haver a necessidade de formar conceitos prévios, a fim de dinamizar as interações sociais. O desafio, contudo, reside em como o conceito prévio é processado e utilizado para pautar uma atitude. Enquanto houver abertura e disponibilidade de revisão, a imagem previamente construída pode ser revista, com base no diálogo. O contrário disso seria a adoção do conceito prévio como base da interação social, sem disposição para sua revisão, construindo imagens a partir das lógicas diferenciais instaladas no grupo de origem. As atitudes individuais definem se um indivíduo (ou um grupo) está disposto a rever imagens ou se ele se fecha para essa revisão. Quando a revisão é concedida a uns, mas não a outros, a “igualdade de tratamento” (ALLPORT, 1954, p. 51) é rejeitada, tendo início uma dinâmica de discriminação.

Um segundo elemento emerge do modo como indivíduos vislumbram seus posicionamentos na cartografia social. Em sua discussão sobre a discriminação racial, Blumer (1958) defende que ela resulta justamente dessa dinâmica cartográfica, em que agrupamentos se definem no marco da oposição, fornecendo uma narrativa que posiciona o próprio grupo numa posição legitimada de superioridade e instalando uma lógica imagética que corrobora a alteridade do outro. Nessa mesma esteira, Lawrence Bobo escreve:

O fenômeno social do preconceito racial não é apenas uma história de más ideias e uma leitura preconceituosa de informações sociais relevantes; não é apenas uma história de socialização nociva e reverência pelos símbolos da tribo; é também, e talvez principalmente, uma história do eu como posicionado em um mundo social

racializado e estratificado. É uma história da fusão de identidade, interesses, senso de lugar apropriado e direito. É, em suma, uma história de posições de grupo (BOBO, 1999, p. 468).

Uma parte substancial do processo de socialização remonta à internalização da narrativa de grupo, acompanhada da instalação de um crivo de apropriação de realidade que serve para a interpretação do mundo a partir dos sentidos desse grupo. Esses grupos podem ser diversos, seguindo as lógicas interseccionais: raça, gênero, classe, sexualidade, localização geográfica, habilidade física ou também outros subgrupos. O indivíduo pensa e forma o si, com base no seu posicionamento na cartografia social, e adota atitudes, em consonância com as lógicas que perpassam essas formatações simbólicas.

Com a afiliação a um grupo, o indivíduo internaliza, portanto, uma narrativa de mundo a partir da qual se aproxima do outro. Dovidio, Gaertner e Saguy (2009) falam de categorizações sociais:

A categorização social é um processo dinâmico, no entanto, as pessoas possuem muitas identidades de grupo e são capazes de se concentrar em diferentes categorias sociais. Ao modificar os objetivos de um observador, percepções de experiências passadas e expectativas, tem-se a oportunidade de alterar o nível de inclusão categórica que será primária ou mais influente em uma determinada situação. Essa maleabilidade do nível em que as impressões são formadas é importante por causa de suas implicações para alterar a maneira como as pessoas pensam sobre membros de grupos internos e externos e, conseqüentemente, a natureza das relações intergrupais. As tentativas de combater esses preconceitos podem, portanto, ser direcionadas para alterar a natureza da categorização social (DOVIDIO *et al.*, 2009, p. 5).

As categorizações sociais são múltiplas e definem, em grande medida, as relações entre diferentes agrupamentos. Embora elas não sejam única e exclusivamente responsáveis por todas as formas de interação social, elas fornecem narrativas e imagens referentes ao si e aos outros. Nesse horizonte, a socialização ocorre substancialmente de forma inconsciente, de modo que o indivíduo raramente empreende um trabalho de reflexão sobre as malhas de sentido que internaliza nesse processo e que utiliza para cartografar o mundo, por meio de sentidos. Assim, as relações entre agrupamentos, muitas vezes, resultam de uma automatização da interpretação de mundo, em que preconceito, discriminação ou intolerância são naturalizados. Junta-se a isso os diferentes níveis de poder (DOVIDIO *et al.*, 2007, p. 304; INSEL, 2019, p. 513), em que grupos dominantes tendem a naturalizar sua visão de mundo, com maior frequência.

Tornar as estratégias de categorização social conscientes e sensibilizar para outras formas de idear as cartografias do mundo pode representar uma alternativa para a dinâmica do convívio social. Isso inclui identificar outras lógicas de avaliar o si e os outros. Nessa esteira,

Mummendey e Wenzel (1999) defendem que discriminação e tolerância resultam justamente de processos de avaliação:

[...] indivíduos derivam parte de seu conceito de si, ou seja, de sua identidade social, por meio do pertencimento a categorias sociais e isso, em consonância com uma motivação para se avaliar positivamente; eles procuram alcançar ou manter uma identidade social positiva. Isso depende de comparações sociais com um grupo externo relevante, em dimensões relevantes de comparação consensualmente valorizadas que são favoráveis ao grupo interno. Assim, a discriminação social é entendida como uma tentativa de estabelecer a distinção positiva do grupo interno em relação ao grupo externo (MUMMENDEY; WENZEL, 1999, p. 159-160).

As modalidades de avaliação do si e do outro resultam das práticas simbólicas de um espaço cultural, portanto, também das categorizações sociais internalizadas pelo indivíduo. Aprende-se, portanto, a adotar determinados critérios para a avaliação do outro, tendo como marco e medida as diretrizes do próprio grupo. Com isso, a reflexão sobre os critérios de avaliação pode representar um caminho para compreender a gênese da (in)tolerância. Vale lembrar que o pertencimento a um grupo não significa automaticamente uma atitude de discriminação e intolerância. A dinâmica entre membros de diferentes agrupamentos depende das estratégias de administração das categorizações sociais e dos critérios de avaliação adotados pelo indivíduo.

Desse conjunto de parâmetros emerge a dinâmica de tolerância e intolerância. Com base nos crivos de percepção e interpretação de realidade fornecidos pelos agrupamentos e de acordo com a capacidade de diferenciação do respectivo indivíduo, surgem diferentes níveis de (in)tolerância, caracterizando as dinâmicas sociais. É importante ressaltar que todo ator social, por mais isolado e individual que seja seu comportamento, é sempre parte de um agrupamento. Dessas narrativas sociais, resgatam-se os elementos que vão definir as atitudes adotadas em diferentes contextos. Em sociedades complexas onde prevalece o desejo da convivência pacífica da diversidade, o conhecimento sobre essas dinâmicas se revela ainda mais premente (HJERM *et al.*, 2019, p. 897).

Na discussão teórica sobre o conceito de tolerância, há dois entendimentos básicos: tolerância compreendida como aceitação de algo com que o indivíduo não concorda, embora tenha o poder de interferir (COHEN, 2004, p. 69) ou como acolhimento da diversidade em forma de atitude (VERKUYTEN; KOLLAR, 2021, p. 175). Entre esses dois polos, há diferentes gradações que definem a concretização de comportamentos pautados por tolerância ou intolerância (GALEOTTI, 2015, p. 94). A semântica específica de cada lexema dependerá do contexto e das condicionantes de seu emprego na negociação social. Nesse sentido, Verkuyten e Kollar (2021) argumentam:

A tolerância pode ser entendida de diferentes maneiras e existem diferentes discursos de tolerância que funcionam de forma diferente na construção de distinções “nós-eles”. O poder do discurso de (in)tolerância depende dos significados que são usados, da maneira como são utilizados, de quem os usa e para quais propósitos. Tolerância e intolerância são discursos que possuem diferentes significados que podem ser usados para fins progressistas ou opressores e, portanto, não são por definição desejáveis ou indesejáveis. Às vezes, a luta por igualdade e inclusão se beneficiará da utilização do discurso clássico, ou melhor, da tolerância moderna, e às vezes esses discursos são usados para fins repressivos e despolitizadores (VERKUYTEN; KOLLAR, 2021, p. 183).

Tolerância e intolerância, portanto, podem ser utilizadas para diferentes finalidades. Cabe, portanto, perguntar que formas de convívio social seus usos implicam. Isso automaticamente também inclui uma reflexão sobre que formas de convivência cada espaço social vislumbra como projeto de futuro. Nesse horizonte, revela-se central a necessidade de refletir e diferenciar, buscando questionar o conjunto de narrativas que circulam num espaço, a fim de desautomatizar atitudes, comportamentos, crivos de percepção. No fim, o esforço de diferenciação define como compreender seus matizes semânticos.

As duas definições de tolerância - tolerar como suportar ou acolher – contêm *scripts* para imaginar atitudes e investimentos narrativos com a finalidade de pensar o projeto civilizacional, no macrocosmo. Tolerar é justamente não aplicar a lei do mais forte e nem a lei da matilha, mas sim, pensar um espaço da vida em que diferentes formas do ser possam coexistir. Nessa esteira, as formas de conceber o convívio social obviamente também revelam algo sobre a ideação do si, no microcosmo de cada ator social. As atitudes frente ao outro fundamentam a imagem que cada indivíduo deseja construir ou que constrói inconscientemente com base na herança simbólica de seu contexto.

Nessa encruzilhada, a sensibilização para atitudes de tolerância e práticas de intolerância tem um papel central. A reflexão sobre formas de convívio social e atitudes individuais tem início no momento que o sujeito se dispõe a adotar outras perspectivas, tentando compreender a concretização existencial a partir de uma outra realidade (RAPP; FREITAG, 2015, p. 1031). As estratégias para treinar o acesso a outras perspectivas são múltiplas, como mostra a discussão de Paulo Daniel Farah (2017), e a literatura definitivamente está dentre elas.

Enredos, em grande medida, encenam posicionamentos individuais na esfera ficcional de espaço de convivência. Mesmo em se tratando de textos líricos, a voz lírica aponta para um lugar no mundo a partir de sua fala. Esses posicionamentos que textos ficcionais encenam, de um ou outro modo, apontam para um pertencimento de grupo: nação, cultura, gênero, raça, classe social, habilidades, etc. Mesmo que não haja um esclarecimento explícito sobre esse

posicionamento, toda voz se expressa a partir das categorizações sociais que seu espaço cultural disponibiliza para sua articulação. O trabalho estético com o material da palavra e a criação de mundos ficcionais se nutre disso e faz personagens de ficção interagirem com interlocutores ou agrupamentos, a partir dessa perspectiva.

O enredo revela, no seu desenvolvimento, de que economias cognitivas personagens se utilizam para interagir ou criar imagens do si e do outro. Também revela que estratégias trazem a lume para concretizar atitudes e comportamentos. A focalização específica ou a perspectiva a partir da qual personagens enxergam o mundo ficcional revela o escopo de sua percepção sobre o seu lugar e os lugares alheios na dinâmica do conflito. As falas e as ações ilustram as categorias sociais que a personagem adota ou lhe são inscritas para instaurar cartografias do espaço social no mundo de ficção. São as entrelinhas que revelam o crivo de interpretação de realidade dessas personagens e o modo como elas administram sentidos.

Textos literários, em grande medida, empreendem um esforço estético justamente de desestabilizar as estratégias automatizadas de cartografar o espaço social, criar categorizações, adotar crivos de percepção ou interpretar o mundo, com base numa visão de mundo excessivamente fechada para a complexidade da concretização existencial. Textos literários encenam como personagens avaliam o si e o outro, instaurando narrativas de legitimação. O trabalho estético com a matéria-prima “palavra” tem um interesse substancial em fragilizar sentidos rígidos e desbravar novas formas de enxergar o mundo.

Uma dimensão importante desse esforço é dirigido no sentido de problematizar a convivência social, criando um diálogo com o mundo extraficcional e a complexidade (não só) das sociedades contemporâneas. Textos literários podem contribuir para desencadear reflexões sobre como tolerância ou intolerância impactam nas interações ficcionais e como estas reverberam elementos da realidade do respectivo espaço social ao qual esses produtos culturais se encontram afiliados. Claro, isso depende de todos os elos no processo de comunicação, isto é, dos leitores que precisam estar disponíveis para decodificar essa dimensão do sentido e garantir a recepção, mas também da circulação de potenciais de sentido, num espaço cultural. Sem um ambiente suscetível, ideias não circulam, tampouco oxigenam as câmeras do pensamento e, por conseguinte, não têm como causar impacto. Onde não há suscetibilidade para determinadas dimensões do sentido, tanto em nível de recepção como de circulação, a probabilidade de impacto decresce exponencialmente.

Se a literatura problematiza a convivência, ela também faz ofertas de sentido sobre o projeto civilizacional e, dentro dele, sobre as dimensões do si. A exemplo disso, o lexema

“suportar” no sentido de “sustentar o peso de” é revelador em seu escopo semântico. Ele pode ter conotações negativas no sentido de aguentar algo indesejado, mas também positivas no sentido de aguentar o peso em nome de uma cultura da paz. Isso revela algo sobre como se deseja viver no espaço compartilhado. Textos ficcionais oferecem, talvez não respostas, mas problematizações sobre o espaço da vida que se vislumbra construir e sobre como o si se situa nessas coordenadas narrativas, a partir de atitudes, comportamentos ou ações. Trata-se de posicionamentos que acolhem/suportam a diferença (em suas mais diversas gradações) ou trata-se de posicionamentos que se fecham e silenciam? Ambas as atitudes, em seus mais diversos matizes, revelam algo sobre os mundos que personagens vislumbram e que imagem do si desejam construir nele. Como fonte de conhecimento, a literatura ensina a enxergar esses mundos a partir das mais diversas perspectivas.

Comparando práticas da (in)tolerância na literatura

O romance *Jacob beschließt zu lieben* (2011) de Catalin Dorian Florescu retrata o processo de imigração de um agrupamento de origem linguística alemã em direção à Romênia, onde o enredo está ambientado. Nesse novo contexto geográfico, forma-se um espaço isolado onde essa minoria étnica se torna majoritária. Um dos elementos que o romance aborda é justamente a dinâmica do convívio social não só entre membros do grupo majoritário, mas também entre eles e representantes de grupos minoritários. Nisso, as gradações da (in)tolerância são múltiplas, encenando a complexidade do processo de negociação de sentidos.

A configuração social apresenta uma série de elementos que, em princípio, poderiam fundamentar um espaço caracterizado pela tolerância. Os imigrantes de origem linguística alemã pertencem a diferentes subgrupos étnicos, sendo necessário primeiramente criar uma narrativa de origem comum. Na Romênia, por sua vez, eles interagem com outros agrupamentos e práticas culturais, incluindo a maioria romena, mas também outras minorias. Numa passagem cujo foco, na verdade, é estabilizar a identidade de grupo, uma personagem relata o seguinte:

Irmãos, fazemos negócios com húngaros, búlgaros e romenos. Mesmo com os judeus. Até pouco tempo atrás, os ciganos consertavam nossos caldeirões, e damos nossas facas a esse menino cigano, Sarelo, para afiar. Até um sérvio mora aqui e alguns de vocês usam os ternos que a esposa dele costurou (FLORESCU, 2011, p. 168, tradução nossa).

A passagem revela que há um ambiente propício para imaginar o convívio social no marco da tolerância – de resto, não muito dissimilar do contexto suíço, público primário para

o qual Florescu escreve. Membros pertencentes a diferentes agrupamentos interagem, concretizando seus projetos existenciais, sem que a diferença seja um empecilho para uma convivência pacífica. Pelo contrário, os conhecimentos de cada grupo promovem um intercâmbio que aumenta a qualidade de vida dos diferentes agrupamentos. Esse potencial, contudo, acaba desaparecendo da economia cognitiva das personagens, em favor de uma narrativa etnocêntrica, alimentada também pelo discurso nazista que se espalha por entre o grupo de origem linguística alemã.

Em diferentes momentos do enredo, as entrelinhas mostram o movimento do pêndulo entre tolerância e intolerância, revelando os meandros da economia cognitiva das personagens. Isso fica evidente numa passagem, em que a mãe do protagonista vai parir o filho:

A criança está vindo, ela gemeu.
O que devo fazer? Devo buscar Neper?, o avô perguntou.
Ele não serve para nada. Busque Ramina. Dizem que ela entende disso.
Uma cigana?, perguntou o avô, espantado.
Vai buscá-la! (FLORESCU, 2011, p. 122, tradução nossa).

Longe de casa e acompanhada somente do pai, Else, a mãe, precisa de ajuda no parto. Nesse momento crucial, ela recusa a oferta do pai de buscar ajuda de um membro do próprio grupo, preferindo a ajuda de Ramina, uma mulher pertencente à minoria *rom*. Else revela maior confiança no conhecimento e nas habilidades dessa mulher, neutralizando as lógicas de intolerância do próprio grupo, formulada, por exemplo, na dúvida do pai, ao final da citação. Enquanto Else acolhe a diferença e confia seu corpo a alguém que não é de seu grupo, o pai, embora não categoricamente intolerante, apresenta um maior grau de resistência. A (in)tolerância surge como um pêndulo, configurando ações, comportamentos e atitudes.

Em outros episódios, a expressão da intolerância é menos ambivalente. Assim, quando Jacob, o filho de Else, leva mantimentos a Ramina, ele é alvo de repreensão por outros membros do grupo:

Você é a vergonha do vilarejo. Você carrega galinhas para a cigana e anda descalço como o filho dela, zombou um deles.
Devemos isso a ela, respondi.
Como suábio, você não deve nada a uma cigana (FLORESCU, 2011, p. 134-35, tradução nossa).

Nessa passagem, a expressão explícita da intolerância tem como função garantir a coesão do grupo. O tratamento acordado por Jacob e sua mãe a Ramina fragiliza as barreiras narrativas que fundamentam a identidade do grupo. Com efeito, os membros que interpelam Jacob investem sua energia cognitiva na manutenção da diferença, pois, do contrário, sua

versão da narrativa de grupo acabaria excessivamente fluida, em suas visões, ao menos. Para isso, utilizam a ameaça de exclusão, sobretudo, em forma de desprezo. O preço do pertencimento, nesse contexto, é a submissão a uma narrativa pautada pelo princípio de exclusão da diferença. Jacob se vê coagido a adotar um posicionamento e esse posicionamento precisa ocorrer nos moldes previstos pela interpretação dominante de realidade do grupo, sob risco de exclusão. Nesse encruzilhada traçada pelos marcos da (in)tolerância, Jacob inconscientemente também precisa tomar uma decisão sobre a imagem do si que deseja construir e, por consequência, sobre o projeto civilizacional inerente à dinâmica de convívio social.

Isso fica ainda mais evidente numa passagem, em que é interpelado a agredir uma menina sérvia:

Você pode surrá-la até sangrar, Jacob? Ela é apenas uma garota sérvia, teu pai não vai se importar, disse o terceiro. Aquele que tinha se apossado da caixa a abriu, tirou um terno novo e elegantíssimo e o rasgou com o canivete. O professor permaneceu indiferente como antes. Sem expressão, ele me olhou quando eu me virei para ele esperando que de lá viesse alguma ajuda (FLORESCU, 2011, p. 137, tradução nossa).

Nesse momento do enredo, os membros do grupo já estão tomados pelo pensamento atávico da ideologia nazista. Convictos da narrativa de superioridade racial disseminados pelo aparato de propaganda nazista, eles passam a adotar comportamentos explícitos de intolerância. O que antes era latente passa a ser desvelado, dada a legitimação obtida por meio da narrativa dominante de grupo. Esse comportamento recebe respaldo adicional pela indiferença do professor, que acompanha o grupo. Indiferença diante de intolerância sabidamente representa tomada de partido pelo mais forte, o que está alinhado às convicções desse professor em outros episódios do romance. Jacob busca sua orientação, mas o professor o deixa sozinho. Completamente atordoado, o menino urina nas calças, sem agredir a menina sérvia, mas também sem se manifestar abertamente contra a intolerância.

Florescu não oferece respostas, ele apresenta problematizações. Com efeito, Jacob está dividido entre o desejo de pertencimento ao grupo e o respeito pela diferença. Manifestar oposição implica exclusão do grupo, acompanhada de desprezo, sabotagem e violência. Manifestar oposição implica, por outro lado, traçar um posicionamento que vislumbra outro projeto civilizacional e outras formas de conceber o si, nas coordenadas da convivência social pacífica. Isso significa, por sua vez, rever as categorizações sociais e idear novas formas de imaginar as dinâmicas de grupo, com ofertas alternativas de avaliação da diferença.

A importância desse posicionamento e do conhecimento que o precede fica clara numa passagem, em que a violência deixa de ser ameaça para se tornar realidade:

O que aconteceu a seguir, o pastor só sabia de boatos. Aparentemente, o coronel invadiu a casa do Pavlic sob a mira de uma arma e atirou primeiro no pai, depois na mãe e finalmente na Katica. Mas Mirko era um homem trabalhador, não católico, mas trabalhador, segundo o pastor, cuja crença na guerra civilizada havia sido abalada (FLORESCU, 2011, p. 108, tradução nossa).

Ambientada no contexto das atrocidades da segunda grande guerra, a passagem encena o ápice da intolerância. Com a legitimação de regime, a diferença não é mais concebida como desejável, pelo contrário, ela sistematicamente erradicada, a fim de garantir a homogeneidade do grupo e sua submissão incondicional à narrativa dominante. Nesse horizonte, o soldado busca a casa da família que não tem a mesma origem étnica e assassina todos seus membros. O pastor se junta ao professor no que diz respeito ao comportamento de indiferença e à opção pelo mais forte. A suas palavras não seguem atos, elas permanecem num imbróglio retórico que busca resolver as contradições que emergem de seu comportamento. A ironia da voz narrativa fica evidente, indicando que a intolerância se esconde atrás de palavras vazias. Esses diferentes posicionamentos definem o pêndulo de (in)tolerância e traçam as coordenadas do convívio social.

O romance *Tauben fliegen auf* de Melinda Nadj Abonji, por sua vez, apresenta uma estrutura narrativa cuja ambientação se alterna entre a Suíça e a Voivodina. O que os dois espaços extraficcionais têm em comum é a diversidade étnica e o desafio do convívio. No romance, o leitor tem acesso à realidade diegética, a partir das experiências de uma família oriunda da região de Voivodina que se assenta na Suíça. Nos dois espaços, a intolerância perpassa as interações sociais e desestabiliza os potenciais de uma cultura do convívio pacífico. Enquanto no espaço suíço a intolerância oscila e viceja de forma latente, no contexto de origem ela desemboca nas atrocidades da guerra.

Embora a família viva na Suíça, e não seja confrontada diretamente com as consequências da intolerância no país de origem, ela acompanha os desdobramentos da guerra pelas mídias, pelos relatos da família que permanece lá e pelos testemunhos de refugiados que buscam acolhimento na Suíça. Da perspectiva de um desses refugiados, provém a seguinte reflexão:

Para todos os mortos, para eles todo o conhecimento vem tarde demais... mas você pode se alegrar que sua cidade ainda não esteja dividida como muitas outras cidades, *it is evident*, diz Dalibor, que você não pode dividir cidades, um país inteiro, de acordo com grupos étnicos, e se você fizer isso, você tem a loucura crua da guerra (ABONJI, 2021, p. 188, tradução nossa).

Quando a intolerância se torna o vetor-chave das interações, a violência sistematizada em forma de conflito bélico tende a ser a resposta. Com a violência, decrescem exponencialmente os potenciais de diálogo, pois a economia cognitiva está completamente direcionada à destruição do outro, silenciando as tentativas de construção de alternativas que possam indicar uma base comum e pacífica. Dalibor problematiza justamente a política de agrupamentos, com seus projetos intransigentes de construção do espaço social. Em sua perspectiva, a solução não reside na instalação de compartimentos étnicos cujo objetivo é criar espaços em que fica assegurada a homogeneidade de grupos e de suas categorizações sociais. O que ele parece vislumbrar é justamente um espaço onde diferentes agrupamentos possam conviver em paz. Nesse momento, contudo, a energia imaginativa não está direcionada à ideação de um espaço da paz, mas sim do confronto, em que muitos acabam por perder suas vidas.

Enquanto no espaço de origem o pêndulo definitivamente se inclina mais para o lado da intolerância, no espaço de assentamento, na Suíça, as oscilações são múltiplas. Em diferentes situações, a tendência parece ser de um acolhimento tolerante, em que o convívio da diversidade representa um elemento central para imaginar a identidade de grupo e assim o projeto macrossocial. Quando a família de imigrantes passa a administrar um café tradicional em posição privilegiada, o jornal local escreve:

A partir de 3 de Janeiro de 1993, a família Kocsis vai passar a administrar o Mondial no estilo habitual, com o mesmo horário de funcionamento - é assim que o jornal local escreve sobre a nossa aquisição - conhecemos a família Kocsis da lavanderia local, que ela conduziu de forma exemplar durante sete anos. A família, originária da ex-Iugoslávia, integrou-se bem e obteve a cidadania suíça há seis anos (ABONJI, 2021, p. 53, tradução nossa).

Os indícios iniciais parecem sugerir que a comunidade, na voz de seu veículo de imprensa, tem apreço pela diversidade e vislumbra um espaço de convívio, em que a diferença pode ser incluída, sem que isso abale a identidade do grupo dominante. Antes disso, a família precisou se integrar, em outras palavras, identificar os valores acordados a determinados comportamentos, atitudes, ações e inseri-los em sua própria concretização existencial. A inclusão, contudo, é frágil. Embora a família tenha a cidadania, o jornal não deixa de mencionar a origem, corroborando as diferentes gradações de pertencimento ao grupo. Com isso, a família faz e não faz parte do grupo, desencadeando um escrutínio mais detido, a fim de averiguar o grau de semelhança ao grupo. A tolerância está presente, mas com um fundamento frágil.

Nesse horizonte de tolerância frágil, ainda assombra a iniciativa de Schwarzenbach. Trata-se de uma petição de 1970 que queria reduzir o número de estrangeiros para no máximo 10% da população, o que significaria, naquele momento, a saída de 350 mil pessoas da Suíça. Por uma margem pequena, a petição não teve êxito, mas deixou claro que o acolhimento da diversidade não representa o projeto de grupo de uma parcela substancial da população. A voz narrativa se questiona, não sem ironia, se a comissão que cuida da prova de concessão de cidadania também perguntou algo sobre esse contexto da história do país (ABONJII, 2021, p. 101). O romance retoma esse elemento extraficcional para ilustrar a fragilidade da tolerância e o papel das narrativas de grupo.

A fragilidade do pertencimento e, com isso, a oscilação da (in)tolerância também emerge de uma passagem, em que a voz narrativa testemunha uma conversa entre nativos, no café de sua família:

[...] Eu mesmo sou um empregador, sei que os suíços têm exigências diferentes hoje, e uma vez que os suíços não estão mais aí, você tem que se contentar com os albaneses ou outros balcaneses [*Balkanesen*]; Sr. Pfister, que agora percebe algo, no caso de vocês, isso é algo diferente, vocês já são naturalizados e conhecem os costumes e usos do nosso país, mas quem vem desde os anos 90, isso é matéria não processada [*rohes Material*], diz o Sr. Pfister [...] (ABONJI, 2021, p. 108, tradução nossa).

A fala ilustra, antes de mais nada, a dinâmica dos agrupamentos, traçando linhas imaginárias que separam diferentes atores sociais e delineando as gradações da tolerância, acordadas a cada sujeito, de acordo com a legitimação do pertencimento. Num primeiro momento, a fala instaura a lógica nós-eles, com base numa economia cognitiva que estabelece a hierarquia em favor do próprio grupo. Num segundo passo, o relato ilustra a dinâmica das categorizações sociais que fundamentam esse olhar sobre o mundo, diferenciando comportamentos de nativos e estrangeiros. O interlocutor busca a confirmação dessa realidade, para a manutenção da identidade de grupo. Esta, contudo, acaba questionada com a presença da voz narrativa que pertence aos dois agrupamentos. O pêndulo da intolerância oscila. Sua expressão não é explícita, pois o senhor Pfister deseja manter a encenação do cosmopolitismo, mas ela embasa sua interpretação de realidade e as formas como avalia atores sociais que não pertencem ao grupo dominante.

Enquanto o comportamento do senhor Pfister ainda busca dissimular sua intolerância, outros episódios são mais explícitos no modo como afirmam a intolerância. Num deles, a voz narrativa encontra o banheiro do café da família com as paredes imundas, com excrementos. Ela tenta encontrar uma explicação lógica para a ocorrência, mas, por mais que scrutine os indícios, ela não consegue identificar elementos que permitam interpretar o ato como

acidente. Embora não encontre uma resposta definitiva, ela interpreta o ocorrido como ato de xenofobia, que reforça as agressões verbais das quais a família já foi vítima, com xingamentos como “estrangeiros de merda” (“*Schissusländer*”). O grau de expressão da intolerância, nesse episódio, é substancialmente maior, mas permanece anônimo. O episódio corrobora, com outras estratégias, aquilo que o senhor Pfister ainda expressa de uma forma velada, com a finalidade de sinalizar os diferentes posicionamentos.

Em diferentes gradações, personagens indicam sua intolerância, revelando, com isso, também o projeto de convívio social que vislumbram para o seu espaço da vida. Enquanto algumas personagens enfatizam a diferença para a manutenção das categorizações sociais, outras empreendem um esforço de identificar a semelhança, a fim de investir na inclusão. Esse é o caso de duas irmãs que, com muita sutileza, tratam a família de estrangeiros como iguais:

E quando as irmãs se sentavam nas cadeiras ao lado da tábua de passar roupa, isso não era incomum porque elas ficavam sentadas lá até o próximo cliente chegar, mas porque mamãe e papai faziam gracejos com as duas irmãs de uma forma que raramente faziam aqui, as irmãs que agora, no dia da inauguração, me fazem sentir que não há nada mais lógico do que estar nervosa em um dia como este, isso elas me dizem com sua cordialidade, minha excitação, que encontra uma correspondência redentora em seus cumprimentos borbulhantes (ABONJI, 2021, p. 59, tradução nossa).

Suas atitudes neutralizam as categorizações sociais dominantes, com as lógicas de nós-eles, para instalar uma dinâmica de convívio social que permita que os novos membros da comunidade se sintam acolhidos e à vontade. Esse movimento implica a aceitação da diferença como parte do si e do espaço em que vivem. Isso instaura um clima de confiança, em que pode surgir alegria genuína pelos êxitos daqueles que se juntam ao grupo. Com isso, suas atitudes ilustram alternativas para imaginar o convívio social, ideando outros caminhos de interação social, claramente mais propensos ao princípio da tolerância.

Considerações finais

Os dois romances discutidos têm um interesse em problematizar dinâmicas do convívio social e os modos como tolerância e intolerância se expressam. Por meio de diferentes estratégias textuais, eles buscam desestabilizar a automatização de crivos de percepção e interpretação da realidade, criando nexos com a esfera extradiecional. Nesse horizonte, questionam as lógicas de agrupamento e suas categorizações sociais, desbravando ficcionalmente outras formas de gerir a economia cognitiva e os processos de avaliação da

diferença. Desse movimento são geradas alternativas para pensar a cartografia social e os posicionamentos acordados aos diferentes membros que coabitam esse espaço.

Como foco de análise, a discussão da (in)tolerância em textos literários apresenta um potencial de peso, pois direciona seu olhar para o modo como diferentes espaços culturais administram e imaginam o convívio social.

Alguns questionamentos podem servir como ponto de partida para essa abordagem: Como a literatura encena as redes de oposição que alimentam a formação do pensamento binário, dicotômico? Como ela problematiza posicionamentos de grupos, com suas visões de mundo e suas formas de interação social? Como os textos literários contribuem para pensar sobre as estratégias de avaliação do outro, frente a seu não pertencimento? Como eles questionam as categorizações sociais e os crivos de percepção? Como a expressão literária ensina a desconfiar dos crivos de decodificação do mundo? Como ela encena e problematiza o convívio social?

Esses questionamentos não abarcam a totalidade do complexo fenômeno de (in)tolerância, mas talvez permitam desencadear discussões que possam estender o escopo de conhecimentos sobre os potenciais da literatura para pensar práticas culturais pautadas pelos princípios de uma cultura do convívio pacífico.

Referências bibliográficas

- ABONJI, Melinda Nadj. *Tauben fliegen auf*. München: dtv Verlagsgesellschaft, 2021.
- ALLPORT, Gordon Willard. *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.
- BLUMER, Herbert. Race Prejudice as a Sense of Group Position. *The Pacific Sociological Review*, v. 1, n. 1, p. 3-7, 1958.
- BOBO, Lawrence D. Prejudice as Group Position: Microfoundations of a Sociological Approach to Racism and Race Relations. *Journal of Social Issues*, v. 55, v. 3, p. 445-472, 1999.
- COHEN, Andrew Jason. What Toleration Is. *Ethics*, v. 115, p. 68-95, 2004.
- DOVIDIO, John F.; GAERTNER, Samuel L.; SAGUY, Tamar. Another view of “we”: Majority and minority group perspectives on a common ingroup identity. *European Review of Social Psychology*, v. 18, p. 296 – 330, 2007.
- DOVIDIO, John F.; GAERTNER, Samuel L.; SAGUY, Tamar. Commonality and the Complexity of “We”: Social Attitudes and Social Change. *Personality and Social Psychology Review*, v. 13 n. 1, p. 3-20, 2009.
- FARAH, Paulo Daniel. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. *Revista USP*, n. 114, p. 11-30, 2017.
- FLORESCU, Catalin Dorian. *Jacob beschließt zu lieben*. München: C. H. Beck, 2011.
- GALEOTTI, Anna Elisabetta. The range of toleration: From toleration as recognition back to disrespectful tolerance. *Philosophy and Social Criticism*, v. 41, n. 2, p. 93-110, 2015.

- HJERM, Mikael; EGER, Maureen A.; BOHMAN, Andrea; CONNOLLY, Filip Fors. A New Approach to the Study of Tolerance: Conceptualizing and Measuring Acceptance, Respect, and Appreciation of Difference. *Social Indicators Research*, v. 147, p. 897–919, 2019.
- INSEL, Ahmet. Tolerated but not equal. *Philosophy and Social Criticism*, v. 45, n. 4, p. 511–515, 2019.
- RAPP, Carolin; FREITAG, Markus. Teaching Tolerance? Associational Diversity and Tolerance Formation. *Political Studies*, v. 63, p. 1031–1051, 2015.
- MUMMENDEY, Amelie; WENZEL, Michael. Social Discrimination and Tolerance in Intergroup Relations: Reactions to Intergroup Difference. *Personality and Social Psychology Review*, v. 3, n. 2, p. 158-174, 1999.
- VERKUYTEN, Maykel; KOLLAR, Rachel. Tolerance and intolerance: Cultural meanings and discursive usage. *Culture & Psychology*, v. 27, n. 1, p. 172–186, 2021.

Recebido em: 21/06/2023; **Aceito em:** 10/12/2023.